

Sofhia Raupp Jorge Pereira

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 04: A Educação em transformação sob o Neoliberalismo: cenários, impactos e
resistências

Racionalidade Neoliberal e Ciências Humanas no Novo Ensino Médio: estudo de
caso em escola estadual de Porto Alegre (RS)



São Paulo, 2025

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi edificado a partir do Programa de Residência Pedagógica em Sociologia - fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) -, que me inseriu em uma escola da rede pública de Porto Alegre (RS) e me deu a oportunidade de vivenciar o campo escolar e a sala de aula. Através da vivência do campo, pude alinhar novos conhecimentos a reflexões advindas de um ponto de vista epistemológico único proporcionado pela experiência como Residente.

A escola em questão é localizada em um bairro de classe média da região central de Porto Alegre e, por ofertar o nível de ensino médio, recebe financiamento da rede pública estadual de ensino. Possui um corpo de estudantes de raças variadas - boa parte preta ou parda - que anteriormente haviam frequentado tanto escolas da rede privada quanto da rede pública. Alguns deles são moradores do próprio bairro, mas muitos vêm de regiões próximas - principalmente de vilas e comunidades. Conforme os relatos coletados ao longo da minha experiência em campo, a escola também recebe um grande número de jovens que residem em abrigos. Essa composição discente evidencia o caráter heterogêneo da escola, fator que considero positivo, afinal denota o oposto do que seria uma segregação por classe e raça, mas ao mesmo tempo evidencia a desigualdade acentuada que encontramos na educação pública e que se manifesta diariamente dentro da sala de aula. Soma-se a isso o sucateamento estrutural estatal, que tem se acentuado ao longo dos anos e incide diretamente sobre a estrutura da escola e a qualidade da aprendizagem dos estudantes. Durante o ano letivo de 2023, por exemplo, os cabos de energia elétrica foram furtados e a comunidade escolar permaneceu por 42 dias tendo aula sem luz. Em resumo, pude ser testemunha dos percalços presentes na educação pública e dos mecanismos de descaso do Estado que afetam diretamente a qualidade do ensino-aprendizagem.

No mesmo ano em que iniciei a minha atuação nessa escola (2022), foi iniciada a implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017), reforma que postulou uma série de mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que não contaram com as considerações de especialistas da área da educação. A proposta reside em uma flexibilização do currículo, que deve fornecer ao estudante maior poder

de escolha sobre a própria formação, de modo que ela atenda às demandas do mundo do trabalho e oriente o aluno no seu projeto de vida. Isso se dá através da implementação de itinerários formativos ao currículo, que são “o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio” (BRASIL, 2018). Assim como os estudantes possuem a liberdade para escolher os itinerários que mais lhe interessem, as escolas têm também - supostamente - autonomia para escolher os itinerários que serão ofertados.

Ao mesmo tempo que cria novas disciplinas voltadas à formação para o mercado de trabalho, um dos efeitos da nova Legislação é a retirada da obrigatoriedade das Ciências Humanas do currículo (SIMÕES, 2017), de forma que, na prática, os professores de Ciências Humanas sejam realocados para as novas disciplinas para que cumpram a sua carga horária de trabalho. No entanto, é importante destacar a função social fundamental das Ciências Humanas para a formação de uma sociedade democrática. Conforme descrito nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e Suas Tecnologias (OCM, 2006), a finalidade dessa área reside na formação ética do educando, do desenvolvimento de autonomia e do pensamento crítico. Ademais, como descrito na BNCC (2017), o objetivo essencial das Ciências Humanas no Ensino Médio é que o aluno aprenda a indagar, habilidade que é ponto de partida da reflexão e essencial ao desenvolvimento da autonomia de pensamento.

Para compreender o Novo Ensino Médio no contexto das reformas educacionais, parto de uma perspectiva teórica crítica que se desdobra sobre a racionalidade neoliberal que conduz não somente à corrosão institucional e dos direitos sociais, mas também à gênese de um novo tipo de sujeito, cujo comportamento passa a se assemelhar ao de uma empresa e é pautado pelo ideal da concorrência e da competitividade generalizada (DARDOT e LAVAL, 2016). O neoliberalismo surgiu como uma racionalidade organizadora da vida social que produz efeitos sobre a educação, colonizando as escolas. O culto à inovação, impregnado pela lógica neoliberal, propõe reformas que visam justamente o enquadramento formativo dos estudantes ao mundo da racionalidade liberal. Resultante dessa conjuntura é a perda significativa de um espaço destinado à formação integral e cidadã dos estudantes em prol de uma cultura empresarial, descurando totalmente a formação democrática.

Em decorrência da brevidade da sua implementação e, ao mesmo tempo, das transformações significativas que a Reforma acarreta no Ensino Básico, o objetivo do presente trabalho é analisar as percepções de docentes de Ciências Humanas de uma escola estadual de Porto Alegre (RS) sobre o Novo Ensino Médio e suas relações com uma perspectiva crítica e cidadã. Do objetivo principal, desdobram-se os objetivos específicos: analisar a proposta do Novo Ensino Médio; compreender as implicações práticas da redução da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas; e, por fim, investigar o perfil de cidadão que o Novo Ensino Médio estará formando.

2 METODOLOGIA

Para que se compreendesse a realidade social escolar em questão alinhavada ao contexto sociopolítico atual, optou-se pela utilização do método qualitativo que, conforme Martins (2004), privilegia a análise de microprocessos, dando-se através do estudo de ações individuais e grupais e exame intensivo de dados. Através da observação participante, tornei-me parte do universo observado e pude tecer percepções sobre as ações dos aspectos simbólicos do campo (PROENÇA, 2007).

A entrevista é elemento complementar indispensável à observação participante (BEAUD E WEBER, 2007), sendo capaz de gerar compreensões enriquecedoras da biografia, experiência, aspirações, opiniões e valores do entrevistado. Optei pela realização de entrevistas semi estruturadas com os professores da área de Ciências Humanas da escola, que contaram com questões pré-elaboradas que mantiveram a minha liberdade em buscar esclarecimentos acerca das respostas obtidas. Desse modo, tornou-se possível sondar com maior precisão os tópicos que surgiam e que poderiam ser mais aprofundados (MAY, 2004) e coletar dados subjetivos que não seriam viáveis apenas através da observação participante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação é, historicamente, um alvo de disputas. No centro dela, em contexto brasileiro, encontra-se um dos seus maiores alvos: o Ensino Médio (CAETANO, 2020). Trata-se da última etapa do ensino básico que abarca uma série de desafios relativos à permanência, garantia de acesso e qualidade do ensino para os jovens (CORRÊA e GARCIA, 2018). Tais disputas sociopolíticas em torno do EM

são refletidas em novas deliberações e reformas, que vêm alterando gradativamente as composições curriculares e fazem parte de uma tendência global de transformação das demandas de reestruturação produtiva (CAETANO, 2020).

Para Caetano (2020), as reformas educacionais que atravessam a história recente do EM introduzem as parcerias público-privadas, o voluntariado, a gestão de acordo com os resultados, a terceirização e diversas formas de privatização, elementos que alteram as formas de se compreender e gerir a escola. Lima (2018) esclarece que esses movimentos evidenciam uma decisão de privatização não somente *stricto sensu* - como a concessão de escolas da rede privada e aplicação de mecanismos e lógicas de mercado - mas sim *lato sensu*, que se refere a “processos de criação de estatutos organizacionais fluidos e de regimes jurídicos híbridos, combinando direito público e direito privado, administração pública e gestão empresarial, adotando formas complexas de [...] privatização” (LIMA, 2018, pág. 130). O público e o privado não são mais universos antagônicos, mas apresentam uma continuidade de articulações que propõe reinventar o setor público através da implementação da lógica de mercado.

A partir da Lei 13415, de 16 de fevereiro de 2017, promulga-se uma alteração das Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 referente à LDB, além da Lei

11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017, p. 1).

Uma das principais alterações na Legislação diz respeito à implementação de itinerários formativos, compostos por

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017, p. 3).

Mas a alteração elementar sobre a qual o presente trabalho se desdobra diz respeito à obrigatoriedade apenas dos componentes curriculares de Matemática, Língua Inglesa e Língua Portuguesa (SIMÕES, 2017), que excluem, portanto, a obrigatoriedade dos componentes curriculares Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

De acordo com Ferretti (2018), a reforma do EM encontra esteio em duas justificativas principais: a qualidade precária do EM brasileiro e a necessidade de deixá-lo mais atrativo aos alunos, tendo em vista os altos índices de abandono e reprovação. A baixa qualidade do ensino pode ser comprovada através dos índices divulgados na grande mídia, mas a segunda justificativa é limitada à problemática do abandono e reprovação à estrutura curricular, sem considerar as problemáticas estruturais que envolvem o ensino básico, sendo elas a

- infraestrutura inadequada das escolas (laboratórios, bibliotecas, espaços para EF e atividades culturais) carreira dos professores, incluindo salários, formas de contratação, não vinculação desses a uma única escola;
- ignora-se, também, que o afastamento de muitos jovens da escola e particularmente do Ensino Médio pode decorrer da necessidade de contribuir para a renda familiar, além de, premidos pelos constantes apelos da mídia e, por extensão, de integrantes dos grupos a que pertencem, buscarem recursos para satisfazer necessidades próprias à sua idade e convivência social. Em estudo para a Unicef, Volpi (2014) evidencia que os adolescentes por ele pesquisados apontaram como causas do abandono escolar, além das questões curriculares, a violência familiar, a gravidez na adolescência, a ausência de diálogo entre docentes, discentes e gestores e a violência na escola (FERRETTI, 2018, p. 26-27).

Apesar disso, a nova legislação aparenta insistir na reforma curricular como solução para os problemas que perpassam o Ensino Médio e se apoia em uma concepção restrita do currículo, além de desconsiderar as experiências de governos anteriores - que já tentaram reformas curriculares como solução para as problemáticas do EM - e ignora a literatura acerca do currículo, que assume que as problemáticas acima afetam a formação dos estudantes (FERRETTI, 2018).

Na escola do presente estudo de caso, a vivência proporcionada pela observação participante reiterou a literatura levantada ao longo do trabalho. A escola em questão não fez uma transição de currículo em todas as turmas de imediato no que diz respeito às mudanças do Novo Ensino Médio. Por isso, há turmas com diferentes matrizes curriculares. Em várias aulas, tornava-se evidente a presença de elementos que reforçam os argumentos de Ferretti (2018), no que tange às

problemáticas presentes no Ensino Médio e à inefetividade de uma reforma curricular como solução. Em uma turma de Primeiro Ano, um dos estudantes mais amistosos da escola, que adorava a professora e participava ativamente das aulas, disse logo no início do período letivo: “desculpa sora, eu to indo embora da escola, hoje é o meu último dia”. Esse estudante negro, um dos alunos mais participativos da sala, que reforçava com frequência que gostava da escola, foi levado ao abandono do ensino em função da necessidade de trabalhar. Elemento agravante à essa situação é que, conforme o relato dele e dos colegas - e também pela minha percepção da distorção idade-série - essa não era a primeira vez que o aluno abandonava a escola. Diversas situações como essa demonstravam claramente que, além de ser ineficiente para solucionar os problemas da educação no Brasil, a Reforma ainda acarretava em um desinteresse ainda maior por parte dos estudantes em relação à escola, já que ela retira ou reduz a carga horária das disciplinas tradicionais para incluir novas disciplinas que não possuem orientação sobre como serem aplicadas, tampouco correspondem à formação acadêmica histórica de professores no Brasil.

Através das entrevistas, fica também evidente a desaprovação geral do Novo Ensino Médio por parte dos professores de Ciências Humanas da escola. Os docentes relatam aumento da evasão e do desinteresse pela escola. Relatam também que os itinerários formativos e a possibilidade de escolha pelo próprio estudante do caminho que ele optará por trilhar são uma grande falácia, já que os estudantes optam pelo itinerário formativo não do seu interesse, mas aquele em que os seus amigos optaram cursar.

Quanto à formação crítica e democrática, um dos professores destaca que

Eu tenho que mostrar pra ele [o aluno] que ele pode ser empreendedor, que ele tem que empreender, que ele tem que inovar, ele pode aprender com a Ana Maria Braga na TV [...] a fazer salgados e que ele pode vender. Ele pode gastar R\$1,50 fazendo os salgados e vender aquele salgado por R\$5,00, e que ele vai ter o lucro de tantos reais na semana ou no dia [...]. Pela visão do empreendedorismo “Deus ajuda quem cedo madruga”, então tem que acordar cedo e trabalhar. Mas ele é o patrão dele, olha que legal. Eu acabo formando alunos para trabalhar no Zaffari, no Nacional, no shopping... preferencialmente em comércio e serviços. (PROFESSOR DE GEOGRAFIA, 2023).

Tal fala denota o efeito da entrada do Neoliberalismo no campo escolar, em que há um regime de concorrência que perpassa todas as esferas da vida e faz com que se desenvolva uma subjetivação financeira individual e uma valorização da

empresa como molde da sociedade, que adentra em campo escolar e impregna a educação com a sua lógica de funcionamento (DARDOT e LAVAL, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas educacionais - incluindo o Novo Ensino Médio - que se impõem à educação são orientadas para a competitividade, assim como para a aprimoração da qualidade do trabalho e aumento da produtividade. As alterações curriculares que contam com a redução da carga horária das disciplinas tradicionais de Ciências Humanas - Geografia, História, Sociologia e Filosofia - e inclusão de disciplinas vazias em conteúdo e, ao mesmo tempo, tecnicistas, deixam bastante claro que a referência de sujeito a ser formado para a sociedade é a do trabalhador flexível, que obedece cegamente às ordens superiores e impõe a si próprio uma conduta eficiente. Ao mesmo tempo, a formação voltada à emancipação e à produção do pensamento crítico e participação cidadã é considerada ultrapassada e, portanto, deixada de lado.

A inclusão dos itinerários formativos que substituem a antiga organização curricular por áreas do conhecimento, somada à inclusão de novas disciplinas não relacionadas à formação dos docentes e a redução da carga horária de Ciências Humanas demonstram a perda da importância da formação crítica nas escolas. Por fim, destaco que se tornou perceptível que o Novo Ensino Médio representa a perpetuação, sob nova roupagem, do dualismo educacional sob a égide da divisão social do trabalho. Em grande escala, o neoliberalismo escolar pretende criar uma conjuntura competitiva que irá produzir vencedores ou perdedores responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso. No entanto, ao passo que promove a inovação e o desenvolvimento de mentalidades empreendedoras que dão ênfase à aprendizagem que gere valor econômico ao invés de social, fica evidente que a manutenção das desigualdades e da criação de um abismo ainda maior entre as escolas públicas e privadas são objetivos essenciais do Novo Ensino Médio. A queda da qualidade das aulas e da formação dos estudantes, como demonstrado pelos professores entrevistados, corresponde aos interesses das elites na formação de jovens que se tornarão mão de obra pouco qualificada e sem o horizonte de entrada no Ensino Superior. Essa competitividade produzida na escola acarreta em uma alienação dos estudantes e no desenvolvimento de uma *pedagogia contra o outro*, que desumaniza a educação e coloca em risco a existência de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BEAUD, B. ; WEBER, F. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica. In: BEAUD, B. ; WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo; Produzir e Analisar Dados Etnográficos. Petrópolis, Vozes. 2007, p. 118-150. Disponível em: <https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2019/07/weber-f.-beaud-s.-guia-para-pesquisa-de-campo..pdf>

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias. Volume 3. Brasília, 2006.

CAETANO, M. R., e MARTINI ALVES, A. A. (2020). Ensino Médio no Brasil no contexto das reformas educacionais. um campo de disputas? Interfaces Científicas - Educação, v. 8, n. 3, p. 718–736, 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p718-736>. Acesso em 15 nov. 2023.

CORRÊA, S. de S.; GARCIA, S. R. de O. “Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova?. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 604–622, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n2.2018.11469. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469>. Acesso em: 9 dez. 2023.

COSTA, M. DE O.; SILVA, L. A. DA .. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. Revista Brasileira de Educação, v. 24, p. 1-23, 2019. Acesso em: 12 nov. 2019;

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FERRETTI, C. J.. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 25–42, maio 2018.

LAVAL, C. A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, L. C. Privatização Lato Sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018.

MARTINS, H. H.. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2):287-298, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em 17 jan. 2023.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PROENÇA, L. W. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. *Dossiê Religião*, v. 4, p. 1–24, 2007.

SILVA, D. A. C; PASQUAL, F. M.; BLASZKO, C. E. Desafios e possibilidades do Novo Ensino Médio: uma revisão sistemática de literatura. *Ensino & Pesquisa*, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 211-225, 23 nov. 2022. Universidade Estadual do Paraná - Unespar.
<http://dx.doi.org/10.33871/23594381.2022.20.3.7205>.

SIMÕES, W. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 45–59, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.752.
Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/752>.
Acesso em: 19 jan. 2024.